



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Termo de Referência

1 – OBJETO

1. Contratação de serviço especializado, na forma de licença de uso, de software na modalidade SaaS (Software as a Service) de sistema de acompanhamento legislativo para atender às necessidades da Assessoria de Relações Institucionais e da Coordenadoria de Relações Parlamentares da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 Com o elevado número de pautas e proposições legislativas de interesse da ANTAQ em tramitação nas casas legislativas, bem como a quantidade de novas propostas apresentadas rotineiramente, é notável a dificuldade da Coordenadoria de Relações Parlamentares em acompanhar as referidas tramitações e novas proposições que surgem no âmbito do Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados. O atraso nas notificações por parte dos sistemas das casas legislativas sobre a tramitação dos projetos acompanhados, em sistema de *push digital*, impacta negativamente a velocidade de ação em relação aos interesses legislativos da Agência.

2.2 Atualmente a ARI monitora mais de 100 proposições legislativas de grande interesse da Agência e diariamente novas proposições são apresentadas, fazendo-se necessário um trabalho humano manual de filtragem para acompanhamento de novas proposições. Essa alocação básica de tarefas impossibilita ou dificulta, dada a reduzida força de trabalho, a expansão ou implementação de atividades estratégicas e igualmente relevantes como a elaboração de estratégias de atuação visando garantir o posicionamento da Agência em relação às matérias que estão sendo discutidas, o monitoramento de discursos de parlamentares e avaliação de *stakeholders*, dentre outros.

2.3 A ferramenta ora pretendida automatizaria diversas atividades como a formulação da pauta legislativa semanal, identificação de novas propostas de interesse, análise de atuação de parlamentares, acompanhamento de tramitação de pautas selecionadas e das matérias legislativas. Espera-se que a contratação otimize a organização e conexão dos dados legislativos para tomada de decisões mais tempestivas e eficazes, sistematizando a base de dados de forma permanente e consistente, possibilitando memória de acompanhamento legislativo e, principalmente, permitindo que a equipe se dedique a atividades que demandam maior empenho intelectual e estratégico.

2.4 Por se tratar de um sistema web, todo o banco de dados e armazenamento dos documentos legislativos se dará na *nuvem*, podendo ser acessado através de um navegador e sem a necessidade de instalação de softwares locais em máquinas. O sistema viabiliza a busca de documentos legislativos por número, ano, autor, casa legislativa, status de tramitação, tipo de proposição, regime de tramitação, tema, forma de apreciação, período de apresentação e período de atualização. Também é possível a busca de proposições por palavras-chave, trechos da ementa, justificativa e inteiro teor. É ainda possível

compilar as informações obtidas em gráficos para melhor compreensão das tendências legislativas. Os relatórios selecionados podem ser exportados em formato CSV, XLS e PDF.

2.5 Dos serviços constantes do sistema Inteligov, existe o de previsão para aprovação de projetos legislativos, o que se relaciona com uma atuação estratégica e sutil da Assessoria. A funcionalidade de previsão para aprovação das matérias é realizada por Inteligência Artificial e Machine Learning, que analisam extenso histórico de tramitação de matérias nas casas legislativas e, através de diversos indicadores, apontam a probabilidade de aprovação da proposta.

2.6 Em suma das vantagens expostas: os processos atualmente feitos manualmente terão seus riscos dirimidos ao serem automatizados, passando a seleção e acompanhamento de novas matérias a serem feitos através do cadastramento de palavras-chave no sistema; o atraso nas notificações de tramitação das matérias não mais existiria; a força de trabalho da Assessoria estaria apta a realizar atividades mais estratégicas e de forma otimizada, em detrimento ao trabalho manual ora realizado.

3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 Art. 24, II da Lei 8.666/93.

4 – DO CUSTO ESTIMADO

4.1 A contratação do sistema Inteligov terá o custo de R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), para acesso durante o período de 12 (doze) meses, com a disponibilização de 4 perfis de usuários para a Agência.

4.2 Após reuniões realizadas com possíveis fornecedores, quais seja, Radar Governamental e JOTA Info, constatou-se que não existe ferramenta disponível no mercado que se assemelhe às funcionalidades propostas pelo sistema Inteligov, bem como pretendidas por esta setorial.

4.3 O preço está abaixo do valor de mercado como se pode verificar através da Ata de Pregão Eletrônico (SEI 1362584) para contratação da mesma ferramenta de acompanhamento legislativo por parte do Conselho Federal de Psicologia, cujo valor de contratação foi de R\$21.700,00 (vinte e um mil e setescentos reais).

5 - PRAZO DE ENTREGA

5.1 O acesso ao sistema Inteligov será disponibilizado através de contas de acesso tão logo a empresa contratada emita a nota fiscal.

6 - CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 A contratada deverá fornecer contas de acesso à ferramenta para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a partir da emissão da nota fiscal, por um período de 12 meses.

7 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado mediante ordem bancária, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem erros, sem rasuras, dentro do prazo de validade e atestada pelo Gerente de Licitações e Contratos-GLC.

8.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá comprovar sua adimplência com o Ministério da Fazenda por intermédio das certidões: "Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", "Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros", "Certidão do FGTS, através da CRF/CEF, e a "Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas".

9 – CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na área.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 9.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades constantes da Lei 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Pugian Jardim, Coordenador de Relações Parlamentares**, em 25/06/2021, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1362588** e o código CRC **38ED673F**.

Referência: Processo nº 50300.011462/2021-89

SEI nº 1362588